



## **Governo Aberto como Ferramenta de Comunicação Entre o Governo e o Cidadão<sup>1</sup>**

Marcio Araujo Oliverio<sup>2</sup>

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

### **RESUMO**

O projeto tem por objetivo apresentar e discutir as terminologias Governo Eletrônico (também chamado de e-Government) e Governo aberto (Open Government), apontando as diferenças entre os dois conceitos e comparando a um tipo ideal construído com base na literatura especializada sobre o tema. A proposta deste estudo é conceituar e apontar possíveis ferramentas de Governo aberto na internet e que possam atender a população e a administração pública de uma maneira mais efetiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania; Comunicação; Transparência; Colaboração; Participação.

### **INTRODUÇÃO**

O governo Barack Obama publicou, em dezembro de 2009, o memorando intitulado “Transparency and Open Government”. Neste documento, o governo dos EUA exigia que - em 120 dias - os departamentos e agências dos Estados Unidos apresentassem planos para tornar mais transparente as operações e o acesso aos dados do governo federal. O memorando pedia maior transparência, engajamento cívico e colaboração com diversos setores da sociedade. Segundo o documento,

“a transparência promove accountability fornecendo ao público informações sobre o que o governo está fazendo. A participação permite aos membros da sociedade contribuir com idéias e conhecimentos a fim de que o governo possa fazer políticas com o benefício da informação que está dispersa na sociedade. Colaboração melhora a eficácia do governo, incentivando parcerias e cooperação no âmbito do governo federal, entre os diferentes níveis de governo, e entre o governo e instituições privadas” (WHITE HOUSE, 2009).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do Intercom 2011, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do Curso de Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo, email: oliverra@uol.com.br



No Brasil, a questão do Governo aberto e utilização das redes sociais pelas administrações públicas começam aparecer de forma tímida com exemplos nos governos federal, estaduais e municipais. Diante de tantas possibilidades de comunicação, percebe-se que as mídias digitais não são apenas um meio de interação entre os diversos atores existentes, mas uma nova perspectiva que floresce nesse cenário, a importância do conhecimento, ou seja, de gerenciar a informação como recursos estratégicos das instituições.

É importante esclarecer as diferenças entre as terminologias de Governo Eletrônico (também chamado de e-Government) e Governo Aberto (Open Government).

"Quando falamos de governo eletrônico, significa a aplicação das TIC e suas ferramentas para os processos administrativos existentes, ou seja, não estamos falando de mudanças de valores ou procedimentos, mas de pura tecnologia" (Calderón e Lorenzo, 2010, p.14, tradução nossa). Sendo assim, o Governo Eletrônico não tem a intenção de transformar a relação entre cidadão e governo no sentido de participação e colaboração. É um espaço onde o governo oferece vários serviços administrativos, muitas vezes focados na arrecadação de impostos.

Agora, quando se fala em Governo Aberto, o foco são os valores da administração pública, o objetivo é "repensar administrações e governos, seus procedimentos e seus dogmas" (CALDERÓN e Lorenzo, 2010, p.14, tradução nossa).

O cenário de constante evolução tecnológica impacta diretamente as formas de relação entre os atores da sociedade, empresas e administração pública, oferecendo novos formatos de fluxos comunicacionais frente a um modelo fechado de tomada de decisão. Segundo Beth Noveck, a lógica para esse modelo fechado de tomada de decisão está enraizada nos pressupostos de séculos anteriores. Para a autora, embora cidadãos possam expressar suas opiniões, considera-se, em muitas administrações, que falta ao cidadão a capacidade para tomar decisões fundamentadas sobre questões políticas complexas (2010). Mas a falta de espaços colaborativos e participativos dentro das administrações públicas pode gerar um descompasso entre as necessidades governamentais e dos cidadãos. É dentro dessa perspectiva que o Governo aberto ganha importância estratégica no aperfeiçoamento da administração pública em parceria com a



sociedade. O propósito do Governo aberto está em uma administração que esteja em constante conversa com os cidadãos a fim de entender as necessidades e unir os atores em busca do bem comum. A decisão coletiva tem como foco atender a pluralidade de idéias que existem em uma determinada região.

Como veremos mais adiante, a democracia já engloba os conceitos de Governo aberto, pois, como regime político, aponta para um sistema de governo que procura garantir - através de ferramentas específicas - a participação da população nas decisões governamentais. Marques afirma que foi um sistema muito adotado no último século, principalmente nas sociedades que passaram por grandes transições políticas e optaram "pela adoção de instituições democráticas na intenção de promover mecanismos mais estáveis e legítimos de produção da decisão política" (Marques, 2008, p. 31). As idéias democráticas não estão somente no campo político, elas acabaram se alastrando por outras áreas como na família, empresas, escolas etc (Marques, 2008). Analisando os diversos governos que adotaram a democracia, vamos perceber que apesar das diferenças sociais, políticas e econômicas, os governos democráticos compartilham de valores semelhantes como o voto universal, o parlamento deliberativo, a prestação de contas, mas também enfrentam problemas semelhantes (Marques, 2008) como a garantia de uma representatividade efetiva e a distribuição de benesses de forma igualitária.

O que pretende-se destacar nesse estudo é a idéia de que a democracia está em "constante processo de transformação, pois é dinâmica e procura sempre dar respostas a novas demandas que se colocam na pauta de preocupações de agentes do estado e atores sociais, ao contrário do despotismo, que é estático e cuida para a permanência deste seu caráter, ainda que precise suprimir dissidências" (2008).

Diante do desafio de atender essas novas demandas da democracia, as Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC's) trazem uma nova perspectiva quando se fala em ferramentas para o aperfeiçoamento do sistema. Já no final do século XX, mas precisamente nas duas últimas décadas, a internet chegou para revolucionar a maneira de pensar e discutir questões da administração pública.



A busca por uma conceituação para o termo Governo aberto nos leva a relação do Estado com o cidadão e a capacidade deste último em fiscalizar, participar e colaborar com as decisões do Estado. O que diferencia a experiência atual frente as experiências anteriores de democracia são as utilizações e possibilidades das TICs na gestão pública.

Para Calderón e Lorenzo, “a abertura do governo e da participação do cidadão são a sístole e a diástole do coração de um governo aberto” (2009, p.31). Noveck afirma que existe uma diferença dentro de uma democracia participativa entre as duas noções relacionadas, a deliberação e colaboração. Deliberação enfoca cidadãos discutindo seus pontos de vista e opiniões sobre o que o Estado deve ou não fazer. Enquanto a colaboração catalisa as novas estratégias de resolução de problemas, em que as organizações públicas e privadas e indivíduos a resolver problemas sociais coletivamente (NOVECK, 2009).

Já na avaliação de Marques, a origem dos movimentos participativos na democracia encontra-se essencialmente "nos movimentos contestatórios da década de 60 e 70" (MARQUES, 2008, p. 69) com a idéia que a democracia não podia ser reduzida a questão do voto e conjunto de regras. Se analisarmos a história da participação na democracia, nem mesmo na antiga Atenas dispensou-se "a existência de instituições representativas. Mas, segundo a fundamentação teórica utilizada por Marques, pode-se dividir a participação civil nos negócios públicos em três vertentes e, A liberal, tradição elitista e a deliberativa.

De acordo com a definição de Marques, a vertente deliberativa é:

a legitimação democrática, do ponto de vista do deliberacionismo, requer o envolvimento político dos cidadãos para além dos períodos eleitorais, devendo as justificativas ser avaliadas de modo cuidadoso por todos aqueles concernidos à determinada questão. Por outro lado, a participação destes concernidos não precisa necessariamente ser contínua para que se garanta a legitimidade do processo de produção da decisão política, importando, de fato, que tal processo obedeça a determinados princípios e parâmetros ligados à interação dos agentes



envolvidos e interessados no jogo político (Marques, 2008, p. 53).

A definição utilizada neste estudo para Governo aberto se dá a partir de três vertentes: participação, colaboração e transparência. Esse conceito vem sendo amplamente utilizado por estudiosos do tema e utilizaremos as seguintes referências para Governo Aberto:

b.1) Participação – Segundo Calderón e Lorenzo (2009), os governos podem aproveitar a inteligência coletiva dos cidadãos e abrir sua agenda legislativa para o público. Todas as leis, decretos, atos ou decisões tomadas por outros governos podem ser debatidas, avaliadas, criticadas e concluídas (mesmo antes de sua elaboração) com as opiniões dos cidadãos. Esse estudo utilizará o conceito de participação a partir dos textos de Noveck, vamos usar a definição de participação como uma plataforma na internet que permite a qualquer cidadão a comunicação com o próximo e com seus representantes na política, fornecendo e recebendo informações e sugestões com o objetivo de ajudar no processo de tomada de decisões na administração pública.

b.2) Colaboração – Vamos usar a definição de colaboração como uma plataforma na internet no qual as pessoas com experiência plurais são conectadas aos profissionais governamentais que tomam as decisões. Um espaço em que são compartilhados os processos de responsabilidade na coleta de informações e tomadas de decisão, no qual há uma combinação entre os conhecimentos técnicos de peritos públicos "com as normas legais de instâncias decisórias profissionais" (NOVECK, 2008, p. 7, tradução nossa).

b.3) Transparência – A definição de transparência utilizada neste estudo exploratório está associada ao conceito de Dados Abertos de Governo, tradução de *Open Government Data*. O termo está relacionado com a maneira com que os governos disponibilizam as informações para a população. A definição foi concebida em 2007, na Califórnia, resultado



do trabalho de “30 ativistas pela abertura dos governos (tradução livre para *government advocates*)” (SILVA, 2010, p. 117). O documento<sup>3</sup> é uma referência freqüente em diversos estudos e está consagrado “por diversas discussões, documentos e experiências de uso como uma forma de disponibilizar informação pública na rede em prol da abertura, da colaboração e da participação dos cidadãos” (SILVA, 2010, p.117).

Como foi abordada acima, a definição de transparência utilizada neste artigo está associada ao acesso de Dados Abertos de Governo (*Open Government Data*), que possui oito princípios para a implantação efetiva em um governo. Segundo o documento publicado em 2007, os dados do governo devem ser completos, primários, pontuais, acessíveis, processáveis, o acesso deve ser não-discriminatório, o formato de dados devem ser não-proprietário e os dados devem ser de domínio público. E, finalmente, o respeito deve ser impugnável, um responsável deve ser designado para responder as dúvidas das pessoas que tentam usar os dados, para responder a reclamações sobre violações dos princípios e um tribunal administrativo ou judicial deve ter a competência para fiscalizar se a agência tem aplicado estes princípios de forma adequada.

Vale destacar que existe uma diferença essencial entre o conceito de Dados Abertos de Governo e a Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar n ° 101, de 4 de maio de 2000. A LRF obriga que as finanças dos municípios sejam publicadas detalhadamente no site da respectiva cidade. Quase todos os municípios destacam nos sites essa prestação de conta como transparência, mas como vimos acima, a transparência a que esse estudo se refere tem que responder a itens que incluem o acesso, formato e processo dos dados publicados pelos municípios.

### **A adoção de ferramentas participativas e colaborativas pelo governo**

Se por um lado o avanço das TICs – com a ampliação de acesso em diversos níveis – dá ao cidadão ferramentas necessárias para dispor de recursos simbólicos, por outro lado, falta ainda a disponibilidade de fluxos comunicacionais que liguem as iniciativas de cidadania interativa ao governo, seja ele municipal, estadual ou federal.

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://resource.org/>



Essa lentidão – que pode ser falta de interesse ou dificuldade em implementação por parte da iniciativa pública – abre precedente para que a sociedade civil tome a frente e lance diversas iniciativas a fim de criar espaços em que o cidadão pode usar as tecnologias de comunicação para exercer a cidadania. Deve-se lembrar que a questão do acesso não pode ser colocada de maneira igualitária para todos os cidadãos. A questão da inclusão digital ainda depende da diminuição de um abismo social, já que apenas uma pequena parcela da população tem acesso à Internet.

### **A "novidade" do Governo aberto**

Segundo Calderón e Lorenzo, é um erro afirmar que a idéia de Governo aberto é algo novo, pois não é. Seus conceitos são tão antigos como a democracia, e estão implícitos na maioria das legislações e constituições das democracias modernas. A consequência é que os Estados têm adotado uma diversidade de soluções para consulta e participação de uma ampla gama de mediadores sociais, essenciais para o fornecimento de apoio social. As novas possibilidades tecnológicas, que surgiram com as mídias sociais, trouxeram uma nova dimensão no ciberespaço em que é possível implementar ferramentas de colaboração e participação em larga escala e com custos acessíveis.

Para Calderón e Lorenzo, o grande crescimento da Internet no mundo alterou a vida social de todos que têm acesso à rede e está produzindo uma mudança na visão dos cidadãos na questão sobre o tipo de relação que querem ter com o governo, exigindo uma maior interação entre governantes e governados que seja perfeitamente plana e horizontal e sem intermediários.

Há muitas mudanças que estão ocorrendo diante de nossos olhos, incluindo a própria idéia de sociedade civil para o surgimento da Internet era basicamente um conceito coletivo, o herdeiro dos movimentos sociais e de classe gregário dos partidos políticos e sindicatos. A forma de canalizar a participação social era através da sociedade civil na qual a participação do indivíduo se dilui e mediados pela lama do grupo de interesse, classe social ou histórica. O indivíduo não era importante, e foram organizados grupos que foram objetos de políticas públicas (CALDERÓN; LORENZO, 2010, p. 12, tradução nossa)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Son muchos los cambios que se están produciendo ante nuestros ojos, entre ellos la misma idea de *sociedad civil* hasta la aparición de Internet era básicamente un concepto colectivo, heredero de los movimientos sociales *de clase* y gregarios de los partidos políticos y organizaciones sindicales. La forma de canalizar la participación social se daba a través de esa *sociedad civil* en la que la participación del individuo se diluía y mediatizaba en un marasmo de



As mudanças são constantes incluindo a própria idéia de sociedade civil (CALDERÓN; LORENZO, 2010). Antes a representatividade do indivíduo estava relacionada com as diferentes formas de representação do cidadão como as associações, vizinhos, alunos, sindicatos e ONGs – em que o cidadão tinha pouco ou nenhum espaço para apresentar sugestões de forma individual – o indivíduo tornava-se cooptado a determinado grupo. Com o advento da Internet, o indivíduo passa a ter mais oportunidade, quando em condições iguais de acesso, para organizar, sugerir, investigar, avisar a outros indivíduos e aos governos. “Os governos podem cumprir o seu dever de transparência aos cidadãos através da criação de canais abertos de informação, colaboração, participação e atendimento ao cidadão<sup>5</sup>” ((CALDERÓN; LORENZO, p. 12, tradução nossa). A mudança tecnológica e de valores é uma revolução e um desafio para os governos.

Já não basta vencer uma eleição, os cidadãos começam a exigir transparência na ação governamental e envolvimento em assuntos que lhes digam respeito, e é da responsabilidade das autoridades públicas abrir essas janelas de comunicação permanente. O cidadão não é mais o paciente individual das políticas públicas, o seu papel foi estendido para ser considerado como um cliente de tais políticas sobre as práticas de modernização administrativa nascido nos anos 90 do século passado, já cresceu para a atual sociedade em rede se estabeleça como uma protagonista ativa do processo de mudança (CALDERÓN; LORENZO, 2010, p. 13, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Para Calderón e Lorenzo, o conceito de Governo aberto está ligado ao conceito de Open Source, software aberto, desenvolvido por programadores e distribuído para a comunidade, a vantagem deste tipo de software é que ele está em constante desenvolvimento, uma evolução, de uma forma colaborativa. A mesma linha de comparação inspira Tim O'Reilly quando propõe um "governo como plataforma" e coloca o desafio de como o governo pode tornar-se uma plataforma aberta que permita a participação de pessoas de dentro e fora do governo com foco na inovação.

---

intereses grupales, de clase o históricos. El individuo no era importante, y eran los grupos organizados los que eran sujeto de políticas públicas.

<sup>5</sup> los gobiernos pueden cumplir con su deber de transparencia hacia la ciudadanía estableciendo canales abiertos de información, colaboración, participación y servicio al ciudadano

<sup>6</sup> Ya no basta con ganar unas elecciones, los ciudadanos comienzan a exigir transparencia en la acción de gobierno y posibilidades de participación en aquellos asuntos que les afecten, y es responsabilidad de los poderes públicos abrir estas ventanas de comunicación permanentes. El ciudadano ha dejado de ser el sujeto paciente de las políticas públicas, su rol ya se amplió hasta ser considerado como cliente de dichas políticas bajo las prácticas de modernización administrativa nacidas en los años 90 del pasado siglo, ha crecido ya en la actual sociedad red a erigirse en protagonista activo del proceso de cambio.





Há um novo pacto no horizonte: a informação produzida por e em nome dos cidadãos é a força motriz da economia e da nação; governo tem a responsabilidade de tratar a informação como um bem nacional. Os cidadãos estão ligados como nunca antes e tem as habilidades e a paixão para resolver os problemas que os afetam localmente, bem como nacionalmente (O'REILLY, 2010, p. 12, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Josgrilberg alerta que O'Reilly parte do pressuposto que todos os indivíduos estão "em igualdade de condições para colaborar com seus conhecimentos e, conseqüentemente, tirar proveito do suposto desenvolvimento coletivo", o que seria um equívoco, mesmo que todos estejam conectados (JOSGRILBERG, 2011). Vale ressaltar que as diferenças socioeconômicas do mundo presencial continuam a existir no ciberespaço. Para afirmar a importância das redes virtuais para a transformação no mundo presencial, é necessário fornecer acesso a todos os cidadãos em condições igualitárias. Para resolver a questão como a exclusão digital é preciso resolver a exclusão social, já que não basta ter o acesso e o computador, mas há necessidade de resolver questões como o analfabetismo. Para Amadeu,

muitos dirigentes públicos e empresarias ainda acham que o uso do computador só é importante para a profissionalização da população. Essa visão constitui a cultura do uso limitado da tecnologia e deixa de lado a dimensão da cidadania (SILVEIRA, ano 2005, p. 444)

A igualdade de acesso e representatividade na internet só será possível quando qualquer cidadão tiver acesso à Internet para, só assim, considerarmos a possibilidade real de ferramentas on-line que possam ser representativas na pluralidade de identidades que existem em uma cidade. Mesmo com a existência de acesso para todos, não podemos correr o risco de tratar as redes como algo homogêneo, em que todos os cidadãos se apropriam e utilizam as redes da mesma forma. Segundo Santos, as redes acrescentam uma "topologia à 'topografia', dando nascimento a um espaço 'contemporâneo do tempo real'" (SANTOS, 2006, p. 264 ).

---

<sup>7</sup> There is a new compact on the horizon: information produced by and on behalf of citizens is lifeblood of the economy and the nation; government has a responsibility to treat that information as a national asset. Citizens are connected like never before and have the skill sets and passion to solve problems affecting them locally as well as nationally.



A diferença entre a visão de Santos sobre redes e a maioria dos autores é que Santos aborda como o espaço interfere no desenvolvimento das redes. “O espaço permanece diferenciado e esta é uma das razões pelas quais as redes nele se instalam são igualmente heterogêneas” (SANTOS, 2006, p. 181). Santos afirma que “no local onde as redes existem, elas não são uniformes” (SANTOS, 2006, p. 181).

É preciso ter clareza que mesmo comparando cidades com características socioeconômicas e políticas semelhantes, a questão de prática de uso de ferramentas democráticas depende da característica de cada região, de cada indivíduo. O espaço interfere no desenvolvimento das redes dentro da visão de Santos, já que “não existe homogeneidade dos espaços, como também, não existe homogeneidade das redes” (SANTOS, 2006, p. 180). Não há garantia que todos os cidadãos e governos de uma determinada região utilizarão as ferramentas propostas da mesma maneira.

## **Conclusão**

O conceito de Governo aberto está diretamente ligado a questões culturais dos cidadãos e dos governos. A administração que adota a política de Governo aberto é uma administração que está sempre em desenvolvimento, como a versão beta de um software, onde o cidadão utiliza a administração e passa informações valiosas sobre as características da gestão e em que ela deve melhorar para atender melhor as demandas de determinada região.

Nas recentes pesquisas realizadas por este pesquisador, identificou-se que nenhuma das administrações municipais da região metropolitana de São Paulo, possui uma política completa de Governo aberto, quando muito se identifica canais de participação e ouvidoria, mas não existem plataformas online, onde o cidadão pode participar e colaborar com o expertise que possui. A questão da transparência, impulsionada pela obrigatoriedade da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta dados que não podem ser processos e muitas vezes confuso, de difícil entendimento para o autor.

De acordo com a pesquisa realizada nesse artigo conclui-se que os governos precisam investir em políticas públicas sobre planos de Governo aberto e também abrir outros



canais para discussão.

Os sites governamentais brasileiros precisam ser mais colaborativos, permitir a participação da população com sugestões para melhorar a administração pública. O que encontramos, na sua maioria, são sites institucionais e que oferecem serviços de pagamento com foco na arrecadação.

As questões que precisam ser levadas em conta quando se fala em Governo aberto, é que os governos precisam incentivar a publicação de informações on-line, já que esses dados sobre administração municipais são públicos e precisam estar disponíveis a todas as pessoas.

Melhorar a qualidade da informação do governo, facilitando o acesso aos dados e diminuindo a burocracia eletrônica. Simplificar as informações para que o cidadão possa encontrar mais rapidamente mas também entenda aquela informação publicada e divulgada pelo governo.

Criar e institucionalizar uma cultura de governo aberto, os funcionários públicos devem ter consciência da importância do papel deles em fornecer as informações necessárias a população e se apropriar das ferramentas colaborativas para que essas informações estejam disponíveis no site do governo.

Criar um quadro político favorável ao Governo aberto: não só as leis, mas a cultura que os atores políticos precisam ter é da importância da governança colaborativa no aperfeiçoamento da administração pública.



## REFERÊNCIAS

- CALDERÓN, C. s., & Lorenzo, S. n. (2010). **Open Government: Gobierno Abierto**. Alcalá la Real: Algón Editores.
- HOUSE, T. W. (2009). **Memorandum for the heads of executive departments and agencies**. Retrieved 26 de maio, 2010, from <http://www.whitehouse.gov/open/documents/open-government-directive>
- JOSGRILBERG, F. B. **Muni-Wi: an exploratory comparative study of European and Brazilian municipal wireless networks**. Disponível em: <[http://www.lse.ac.uk/collections/media@lse/pdf/20080829josgrilberg\\_muniwifi.pdf](http://www.lse.ac.uk/collections/media@lse/pdf/20080829josgrilberg_muniwifi.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Muni-Wi: an exploratory comparative study of European and Brazilian municipal wireless networks**. Disponível em: <[http://www.fabio.jor.br/wp-content/artigos/20080829josgrilberg\\_muniwifi.pdf](http://www.fabio.jor.br/wp-content/artigos/20080829josgrilberg_muniwifi.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2011.
- \_\_\_\_\_. **URBetic** – rascunhando um conceito. Disponível em: <<http://fabio.jor.br/?p=288>>. Acesso em: 18 fev. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Wireless internet access: the same old problem and the city new agenda**. Wi: Journal of Mobile Media Fall 2009 (forthcoming).
- MARQUES, F. P. J. A. (2008). **Participação política e internet: Meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- NOVECK, B. S. (2009). **Wiki Government: how technology can make government better, democracy stronger, and citizens more powerful**. Washington D. C.: Brookings Institutions Press.
- NOVECK, B. S. (2010). **The single point of failure**. In D. Lathrop & L. Ruma (Eds.), *Open Government - Collaboration, Transparency and Participation in Practice*. Sebastopol: O'Reilly Media
- O'REILLY, T. (2010). **Government as a platform**. In D. Lathrop & L. Ruma (Eds.), *Open Government: Collaboration, Transparency and Participation in Practice*. Sebastopol: O'Reilly.
- SANTOS, M. (2006). **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** (4 ed. Vol. 2. reimpr). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SILVA, D. B. d. (2010). **Transparência na Esfera Pública Interconectada**. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo.